



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 2º TURNO

PROJETO DE LEI N. 552/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, duas Emendas ao Projeto de Lei n. 552/2023, que “Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 19 da Lei nº 9.725/09, que “Institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”.”.

Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 552/2023, de autoria do Vereador Ciro Pereira, foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emendas, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a proposta a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer.

Assim, devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora para a análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade dos Substitutivos-Emenda n. 1 e n. 2, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 552/2023, que visa acrescentar novos parágrafos ao art. 19 do Código de Edificações do Município para prever, em suma, a prorrogação do prazo de validade do alvará de construção pelo período correspondente ao período de emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19.

Nesse sentido, prevê que o período de emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19 é “compreendido entre o dia 17 de março de 2020, data da declaração de situação de Emergência em Saúde Pública pelo Município, e o dia 22 de abril de 2022, data da declaração de encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde”.

O Substitutivo-Emenda n. 1, de autoria do Vereador Bruno Miranda, visa dar nova redação ao Projeto para prever a inclusão de novo artigo ao Capítulo IX — Disposição Transitória, da Lei nº 9.725/2009:

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 21/08/23
HORA: 16:36



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 2º — Os alvarás de construção cuja vigência tenha coincidido total ou parcialmente com o período de emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, terão o prazo correspondente a esse período de coincidência devolvido, para fins de validade do alvará.

§ 1º — Considera-se período de emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 o período compreendido entre 17 de março de 2020, data da declaração de situação de emergência no Município, e 22 de abril de 2022, data da declaração de encerramento da emergência pelo Ministério da Saúde.

§ 2º — Os alvarás que na data de publicação desta alteração à Lei nº 9.725, de 2009 estiverem vigentes, terão o prazo correspondente ao período de coincidência devolvido de ofício, a partir do primeiro dia após o término da validade do alvará.

§ 3º — Os alvarás que na data de publicação desta Lei já estejam vencidos, serão reativados de ofício, no primeiro dia útil seguinte à data de publicação desta alteração à Lei nº 9.725, de 2009, pelo prazo correspondente ao período de coincidência, acrescido de mais 120 (cento e vinte) dias destinados às medidas necessárias à retomada da obra.

No mesmo sentido, o Substitutivo-Emenda n. 2, de autoria dos Vereadores Bruno Miranda e Ciro Pereira, visa conferir nova redação ao texto, incluindo o art. 2º ao Capítulo IX- Disposição Transitória, da Lei nº 9.725/2009, com a mesma redação proposta na Emenda n. 1:

Art. 2º — Os alvarás de construção cuja vigência tenha coincidido total ou parcialmente com o período de emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, terão o prazo correspondente a esse período de coincidência devolvido, para fins de validade do alvará.

§ 1º — Considera-se período de emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 o período compreendido entre 17 de março de 2020, data da declaração de situação de emergência no Município, e 22 de abril de 2022, data da declaração de encerramento da emergência pelo Ministério da Saúde.

§ 2º — Os alvarás que na data de publicação desta alteração à Lei nº 9.725, de 2009 estiverem vigentes, terão o prazo correspondente ao período de coincidência devolvido de ofício, a partir do primeiro dia após o término da validade do alvará.

§ 3º — Os alvarás que na data de publicação desta Lei já estejam vencidos, serão reativados de ofício, no primeiro dia útil seguinte à data de publicação desta alteração à Lei nº 9.725, de 2009, pelo prazo correspondente ao período de coincidência, acrescido de mais 120 (cento e vinte) dias destinados às medidas necessárias à retomada da obra.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Conforme exposto no item 2 deste parecer acima, “Fundamentação”, trata-se de duas Emendas apresentadas que visam alterar a redação proposta pelo texto originário para promover a inclusão de novo dispositivo no Capítulo IX — Disposição Transitória, da Lei nº 9.725/2009 (Código de Edificações do Município) e dispor sobre a prorrogação do prazo de validade do alvará de construção pelo período correspondente ao período de emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19.

Trata-se, nesse sentido, de adequação à redação proposta originalmente pelo Projeto de Lei, notadamente com a alteração do artigo a ser modificado/incluído no Código de Edificações do Município.

Sendo assim, por se tratar de matéria de interesse local e, portanto, de competência municipal, não havendo vício de iniciativa, ou violação aos princípios e regras constitucionais, concluo pela constitucionalidade das Emendas n. 1 e n. 2 ao Projeto de Lei n. 552/2023.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, pelos mesmos motivos expostos sob o aspecto da Constitucionalidade, concluo também pela legalidade das Emendas n. 1 e n. 2, apresentadas ao Projeto de Lei n. 552/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade da Emenda ao Projeto de Lei n. 552/2023.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas n. 1 e n. 2, apresentadas ao Projeto de Lei n. 552/2023.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2023.

FERNANDA PEREIRA

ALTOE:04519898641

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.08.01 09:31:54 -03'00'



DIRLEG

FI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 454 / 2022**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 12/07/2023,

CGM - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 02 / 08 / 2023

Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 454/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 454/22, que "Institui o Processo de Transição de Governo no âmbito da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências", de autoria dos vereadores Gabriel, Álvaro Damião, Dr. Célio Frois, Jorge Santos e Léo e da vereadora Marilda Portela, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

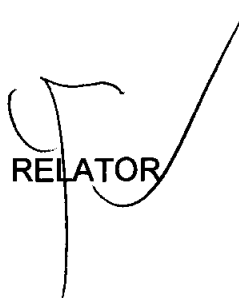
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre elas, destaca-se a troca do termo "mandato atual" para "mandato em vigor" no inciso IX do art. 7º a fim de conferir-lhe maior precisão. Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 454/22.

Belo Horizonte, 02/08/23


RELATOR

2023_010103-42/2023-15-48-28-0007-0-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 454/22

Institui o Processo de Transição de Governo na Prefeitura de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Processo de Transição de Governo na Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, que se iniciará no dia seguinte ao da proclamação do resultado das eleições para escolha do Prefeito pela Justiça Eleitoral.

Parágrafo único - A instituição do Processo de Transição de Governo tem por objetivo propiciar condições para que o candidato eleito ao cargo de Prefeito, porém ainda não empossado, inteire-se do funcionamento dos órgãos e das entidades da administração pública municipal, permitindo a preparação dos atos de gestão a serem editados após a posse.

Art. 2º - Compõem o Processo de Transição de Governo:

I - a instituição de Comissão de Transição de Governo;

II - a instalação de Gabinete do Prefeito eleito;

III - a realização de Reuniões de Transição de Governo;

IV - os Documentos de Transição de Governo.

Art. 3º - A Comissão de Transição de Governo será composta por até 6 (seis) membros indicados pelo candidato eleito ao cargo de Prefeito e até 6 (seis) membros indicados pelo prefeito e terá acesso a informações e dados relativos às contas públicas e a programas e projetos do governo.

§ 1º - A Comissão de Transição de Governo terá 2 (dois) coordenadores, sendo um indicado pelo prefeito e outro pelo candidato eleito ao cargo de Prefeito.

§ 2º - Os membros que irão compor a Comissão de Transição de Governo serão designados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a indicação dos membros pelo candidato eleito ao cargo de Prefeito.

§ 3º - Poderão ser indicados suplentes para os membros da Comissão de Transição de Governo em caso de ausência ou impedimento temporário e poderão ser indicados substitutos em caso de vacância.

Art. 4º - O candidato eleito ao cargo de Prefeito poderá requisitar a infraestrutura e o suporte administrativo necessários para a realização das atividades concernentes ao Processo de Transição de Governo, com os seguintes instrumentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

I - até 12 (doze) cargos, observado o limite de pontos constante no art. 8º desta lei;

II - contas de *e-mail*;

III - até 10 (dez) linhas de telefone móvel;

IV - até 2 (dois) veículos oficiais, a serem utilizados em necessidade de locomoção para executar as atividades concernentes ao Processo de Transição de Governo;

V - segurança pessoal, nos casos justificados e nos termos do disposto em legislação específica.

§ 1º - No que se refere aos incisos III e IV deste artigo, as solicitações devem partir do órgão competente e seguir os trâmites previstos nos contratos firmados entre a PBH e os fornecedores de telecomunicações e veículos.

§ 2º - Será disponibilizado ao candidato eleito ao cargo de Prefeito um gabinete com espaço e estrutura para até 20 (vinte) pessoas.

Art. 5º - A Comissão de Transição de Governo se reunirá ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente quando definido pelo candidato eleito ao cargo de Prefeito.

§ 1º - A primeira reunião ordinária ocorrerá em até 5 (cinco) dias da designação dos membros da Comissão de Transição de Governo, quando serão definidas datas específicas para a realização de apresentações e balanços dos órgãos e entidades da administração pública municipal, com a participação dos titulares das respectivas unidades administrativas, de forma individual ou em grupo, facultada a presença, em tais reuniões, dos membros da Comissão de Transição de Governo indicados pelo Prefeito.

§ 2º - Poderão ser convocados gestores públicos municipais para participar das Reuniões de Transição de Governo.

Art. 6º - Os titulares dos órgãos e entidades da administração pública municipal ficam obrigados a fornecer as informações e os dados solicitados no âmbito do Processo de Transição de Governo preferencialmente em até 7 (sete) dias contados do requerimento ou no prazo acordado pelas partes.

Art. 7º - Serão disponibilizados os seguintes documentos básicos:

I - Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - em vigor;

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - para o exercício seguinte;

III - Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

IV - relatórios da execução orçamentária até o 5º (quinto) bimestre do exercício, contados a partir do encerramento do prazo estabelecido no art. 165, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

V - relatórios do monitoramento do PPAG até o 5º (quinto) bimestre do exercício;

VI - balanços e demonstrações contábeis;

VII - demonstrativo dos saldos disponíveis transferidos do exercício findo para o exercício seguinte, contendo termo de conferência de saldos em bancos, a ser fornecido por cada entidade contábil e no qual serão anotados os saldos de todas as contas mantidas pelo Executivo, acompanhado de extratos que indiquem expressamente o valor existente na data da prestação das informações à comissão de transição;

VIII - demonstrativos da Dívida Fundada Interna e Externa, bem como de operações de créditos por antecipação de receitas;

IX - relações dos documentos da execução orçamentária e financeira decorrentes de contratos de execução de obras, consórcios, parcelamentos, convênios e outros não concluídos até o término do mandato em vigor, contendo as seguintes informações:

a) identificação das partes;

b) datas de início e término do ato;

c) valor pago e saldo a pagar;

d) posição quanto à prestação de contas junto aos órgãos fiscalizadores;

X - prestações de contas de gestão junto ao Tribunal de Contas e à Secretaria do Tesouro Nacional;

XI - relatórios e demonstrativos fiscais, entre eles o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, após o encerramento do prazo estabelecido no art. 165, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e o Relatório de Gestão Fiscal, após o prazo legal estipulado pelo art. 55, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - limites constitucionais, relativos a Saúde, Educação, Pessoal, Legislativo e endividamento, após o prazo legal estabelecido para a publicação dos relatórios fiscais;

XIII - estrutura e quadro de pessoal separados por carreiras, vínculos funcionais e órgãos de lotação;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

XIV - cálculo atuarial e demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial do exercício relativo ao órgão previdenciário;

XV - composição remuneratória de cada cargo e carreira, incluindo os cargos em comissão e as funções de confiança;

XVI - concursos públicos vigentes, com respectivas datas de homologação e relação de candidatos em condições de nomeação;

XVII - demonstrativo analítico das despesas de pessoal;

XVIII - demonstrativo das obras em andamento, com resumo dos saldos a pagar e percentual que indique seu estágio de execução;

XIX - relação dos precatórios.

Art. 8º - O Executivo deverá disponibilizar a estrutura existente, sem a necessidade de geração de nova despesa, incluindo, conforme disposto no art. 4º desta lei, cargos de provimento em comissão da estrutura existente, correspondente a 38 (trinta e oito) pontos de cargos dos grupos de Direção e Assessoramento Municipal - DAM.

§ 1º - A nomeação para os cargos de que trata o *caput* deste artigo será feita pelo Prefeito no prazo de até 3 (três) dias, contados da indicação pelo candidato eleito ao cargo de Prefeito, salvo se constatado impedimento legal do indicado.

§ 2º - É vedada a acumulação dos cargos de que trata o *caput* deste artigo com outros cargos em comissão ou outras funções de confiança de qualquer natureza da administração pública.

§ 3º - Os titulares dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo deverão manter sigilo dos dados e das informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 02/08/23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 592 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 19 / 7 / 23

De-187

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irton Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 04 / 08 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



Dirleg	Fl.
--------	-----

Relatório

O Projeto de Lei nº 592/23, que “Dá nome de Rua Wemerson Augusto de Magalhães à Travessa Quatro no Bairro Vila Pinho”, de autoria do vereador Wilsinho da Tabu, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais, à técnica legislativa e aos padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Como não foi possível identificar com clareza o logradouro, seu código não foi incluído na redação final.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 592/23.

Belo Horizonte, 04/08/23

RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 592/23

Dá o nome de Wemerson Augusto de Magalhães à Travessa Quatro, no Bairro Vila Pinho.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Wemerson Augusto de Magalhães a Travessa Quatro, no Bairro Vila Pinho, CEP 30670-300.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 04/08/23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 608 / 23

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 19 / 7 / 23

487

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 02 / 08 / 2023

[Assinatura]
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 608/23

Altera a Lei nº 11.397/22, que “Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município”, para acrescentar a Semana Municipal de Conscientização contra a Violência aos Ciclistas.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao Capítulo III da Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022, o seguinte art. 96-Q:

“Art. 96-Q - A Semana Municipal de Conscientização contra a Violência aos Ciclistas, constante no Anexo II desta lei, terá o objetivo de promover o respeito às normas de trânsito para garantir a segurança e a preservação da vida dos ciclistas.”.

Art. 2º - A letra I do Anexo II da Lei nº 11.397/22 passa a vigorar acrescida da Semana Municipal de Conscientização contra a Violência aos Ciclistas, a ser comemorada na semana que contenha o dia 1º/9.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 02 / 08 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO